

HABEAS CORPUS Nº 533.731 - SP (2019/0277820-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : AMELIA EMY REBOUCAS IMASAKI E OUTROS
ADVOGADOS : CARLOS CHAMMAS FILHO - SP220502
AMELIA EMY REBOUCAS IMASAKI - SP286435
MICHELLE VITORINO MORENO - SP393399
ISABELLA GONÇALVES FERREIRA - SP423529
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABRICIO TOLEDO DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FABRICIO TOLEDO DE SOUZA, apontando como autoridade coatora a 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0067940-70.2016.8.26.0050.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 1 (um) ano de reclusão, no regime inicial aberto, mais pagamento de 10 (dez) dias-multa, como incurso no artigo 155, *caput*, do Código Penal, ocasião em que a reprimenda privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos.

Inconformada, a defesa apelou, tendo o recurso sido desprovido.

Sustentam os impetrantes que embora o Ministério Público tenha ofertado proposta de suspensão condicional do processo, a benesse não teria sido apresentada ao acusado para que pudesse sobre ela se manifestar.

Advertem que embora o réu já tivesse sido regularmente intimado no seu endereço em duas outras oportunidades, o oficial de justiça, quando da notificação para comparecer à audiência de suspensão condicional do processo, teria informado que seria desconhecido no local, informação que não seria procedente, uma vez que nunca se mudou.

Alegam que o magistrado singular não teria examinado as teses suscitadas em resposta à acusação, em ofensa ao disposto no inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.

Aduzem que a revelia do réu teria sido decretada ilegalmente, privando-o de ser intimado para que pudesse participar das audiências de instrução e ser interrogado.

Argumentam que o magistrado singular conferiu nova definição jurídica ao fato imputado ao paciente sem a prévia intimação da defesa, em ofensa ao disposto no artigo 384 do Código de Processo Penal.

Requerem a concessão da ordem para que o feito seja anulado desde o início, designando-se audiência para a proposta de suspensão condicional do processo, ou, subsidiariamente, para que o processo seja anulado ante o indeferimento das provas requeridas pela defesa, ou, ainda, em razão da ausência de intimação do paciente para a audiência de instrução, ou para que seja reconhecida a violação ao princípio da correlação.

É o relatório.

Infere-se que além deste *mandamus* a defesa interpôs o AREsp n. 1.478.061/SP, também impugnando o acórdão proferido no julgamento da Apelação

Criminal n. 0067940-70.2016.8.26.0050, oportunidade em que as eivas ora suscitadas foram devidamente analisadas e afastadas.

Assim, observa-se que neste *writ* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado agravo em recurso especial, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade da ação em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL QUE APRECIOU TODOS OS PEDIDOS FORMULADOS NA IMPETRAÇÃO. WRIT PREJUDICADO. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Havendo a interposição de recurso e impetração de habeas corpus com objetos idênticos, o julgamento do recurso pela Quinta Turma deste Tribunal prejudica o exame da impetração, haja vista a reiteração de pedidos.

2. Não prospera a tese de que a prejudicialidade da impetração só ocorreria pelo total provimento do recurso especial, uma vez todos temas foram submetidos à apreciação desta Corte, com a efetiva prestação jurisdicional. Adotar entendimento diverso implicaria novo julgamento da causa pela mesma instância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 351.781/MA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 28/02/2020)

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO ARESP N.º 1.546.583/SP. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Não há ofensa ao princípio da colegialidade diante da existência de previsão regimental para que o relator julgue monocraticamente o habeas corpus quando se fundamentar na jurisprudência dominante deste Superior Tribunal." (AgRg no RHC 119.330/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 02/12/2019).

2. Não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, dois processos nos quais se constata litispendência, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir. No AREsp n.º 1.546.583/SP, já julgado pela Sexta Turma, foi formulada idêntica pretensão em favor do ora Agravante.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 548.922/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 17/02/2020)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento

Superior Tribunal de Justiça

Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator